

CONVIVENCIA DEMOCRÁTICA NO AMBITO ACADÊMICO

Ana Cibele Silva de Carvalho¹

Graduanda de Enfermagem; Faculdade Evolução do Alto Oeste Potiguar; carvalhocibele050@gmail.com.

Giovanna Loyse Oliveira da Silva²

Graduanda de Enfermagem; Faculdade Evolução do Alto Oeste Potiguar; gloyse02@gmail.com.

Girlandia Bispo da Silva³

Graduanda de Enfermagem; Faculdade Evolução do Alto Oeste Potiguar; girlanidacosta1@gmail.com

Jamilly Caroline Souza Almeida⁴

Graduanda de Enfermagem; Faculdade Evolução do Alto Oeste Potiguar; jamillycaroline42@gmail.com.

Maria Clara Medeiros Rosa⁵

Graduanda de Enfermagem; Faculdade Evolução do Alto Oeste Potiguar; mariaclara20255@ecloud.com.

1

Francisco Clébio de Figueiredo⁶

Professor; Faculdade Evolução do Alto Oeste Potiguar; fclebio667@gmail.com

RESUMO

A convivência democrática no ambiente acadêmico constitui um elemento essencial para a construção de relações baseadas no respeito, diálogo e participação. Este estudo tem como objetivo compreender como os professores da Faculdade Evolução do Alto Oeste Potiguar (FACEP) percebem e vivenciam a convivência democrática em seu cotidiano docente. Trata-se de uma pesquisa de abordagem quantitativa, assumindo um caráter descritivo e exploratório, realizada com doze docentes atuantes da instituição, selecionados por critérios de acessibilidade. Para a obtenção dos dados foi utilizado questionário estruturado com dez questões fechadas, sendo aplicado presencialmente. Os resultados indicam uma percepção amplamente positiva quanto ao clima institucional, destacando práticas voltadas ao diálogo, mediação de conflitos e valorização da diversidade. Contudo, ainda são observadas práticas com características diretivas, evidenciando que a democratização das relações pedagógicas é um processo em construção. Conclui-se que a convivência democrática está presente na instituição, contribuindo para a formação cidadã, embora demande fortalecimento contínuo.

PALAVRAS-CHAVE: convivência democrática; ensino superior; docência; participação; formação cidadã.

1 INTRODUÇÃO

Um dos principais alicerces para a construção de relações educativas mais justas e inclusiva reside na forma democracia com os sujeitos se relacionando nos diversos âmbitos sociais, especialmente no contexto acadêmico. A convivência democrática, nesse sentido, não se limita ao cumprimento de normas institucionais, mas se concretiza nas interações cotidianas entre professores, estudantes e demais membros da comunidade educativa. Trata-se de um processo dinâmico, fundamentado no diálogo, na escuta ativa, no reconhecimento e respeito às diferenças, elementos essenciais para a construção de um ambiente educacional mais humanizado.

Nesse contexto, a democracia amplia sua compreensão, deixando de ser concebida apenas como um sistema político formal para se constituir como uma prática vivenciada no dia a dia das relações sociais e educativas. Conforme destacam Silva e Carvalho (2021), a convivência democrática caracteriza-se como um processo contínuo de participação, corresponsabilidade e valorização da diversidade, articulando dimensões éticas, sociais e emocionais que estruturam o ambiente educacional. Assim, vivenciar a democracia no ensino superior implica assegurar condições para que todos os sujeitos tenham espaço de fala, sejam ouvidos e participem de maneira efetiva das decisões que permeiam o processo formativo.

Nessa perspectiva, a clássica definição de democracia como “o governo do povo, pelo povo e para o povo” (LINCOLN, 1865) reforça a centralidade da participação coletiva e da construção compartilhada nas relações sociais. Tal entendimento, quando transposto para o campo educacional, evidencia a necessidade de promover práticas pedagógicas que valorizem a autonomia dos estudantes e o diálogo como instrumento fundamental de construção dos conhecimentos que vai para além da formação acadêmica, são conhecimentos que permite cada discente se torna pessoas mais éticas, mais respeitosa.

Estudos contemporâneos evidenciam que ambientes acadêmicos pautados na convivência democrática tendem a apresentar níveis mais elevados de bem estar, engajamento e desempenho entre os estudantes (BATISTA; MOURA, 2022). Além disso, práticas educativas fundamentadas no diálogo contribuem significativamente para a mediação de conflitos e para a construção coletiva do conhecimento, favorecendo relações mais colaborativas e menos hierarquizadas (RODRÍGUEZ; PEÑA, 2023).

No âmbito da docência, essa abordagem implica a resignificação do papel do professor, que passa a atuar não apenas como transmissor de conteúdos, mas como mediador do processo de ensino-aprendizagem. De acordo com Campos e Rodrigues (2021), o ensino democrático

pressupõe o reconhecimento do estudante como sujeito ativo e corresponsável por sua aprendizagem.

Ademais, a convivência democrática encontra-se intrinsecamente relacionada à formação cidadã, uma vez que o ambiente universitário se configura como espaço privilegiado para o desenvolvimento de competências sociais, éticas e políticas. Martins e Souza (2020) destacam que a vivência de práticas democráticas no ensino superior contribui para o fortalecimento de valores como empatia, responsabilidade social e respeito à pluralidade, elementos fundamentais para a atuação dos indivíduos na sociedade contemporânea. Já que a instituição é um ambiente repleto de culturas, religiões e valores diferentes.

Finalmente, a atuação dos professores exerce um papel crucial na consolidação da dinâmica democrática. As escolhas pedagógicas, as formas de conduzir as aulas e a maneira como o professor lida com o diálogo, a participação e os conflitos afetam diretamente o clima acadêmico e a formação dos alunos. Assim, o ensino democrático requer não apenas conhecimento técnico, mas também sensibilidade ética e compromisso com a construção de relações mais justas e inclusivas. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo analisar como os professores da Faculdade Evolução do Alto Oeste Potiguar (FACEP) percebem, interpretam e vivenciam a convivência democrática em suas salas de aula.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A dinâmica democrática no âmbito do ensino pode ser entendida como um percurso relacional que implica a criação conjunta de regras, princípios e hábitos guiados pela consideração mútua, pela participação ativa e pela apreciação da pluralidade. Tal conceito está intrinsecamente ligado às mudanças sociais e educacionais atuais, que exigem um aprendizado mais crítico, ponderado e voltado para a cidadania.

Sob a ótica teórica, a democracia no ensino encontra forte amparo nas ideias de Paulo Freire, que defende uma prática de ensino centrada no diálogo, na problematização e na autonomia dos indivíduos. Para Freire (2016), educar não é meramente transmitir saberes, mas sim abrir caminhos para a sua produção, o que requer reconhecer o aluno como protagonista do processo de aprendizado. Dentro dessa visão, a dinâmica democrática se manifesta por meio de relações igualitárias, nas quais a conversa se torna um ponto chave.

Em complemento a essa perspectiva, autores como Bobbio (2000) e Dahl (2001) expandem a compreensão da democracia como um sistema que transcende as instituições formais, sendo também uma prática social presente nas interações do dia a dia. No contexto

educacional, isso significa estimular espaços de participação, escuta e decisão coletiva, incentivando o exercício da cidadania.

No cenário da educação contemporânea, a dinâmica democrática também se relaciona com o fomento de uma cultura de paz e não violência, conforme ressaltado pela UNESCO (2014). Essa abordagem enfatiza a importância do respeito às diferenças, da gestão de conflitos e da construção de relações baseadas na empatia e na colaboração.

Ademais, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017) reforça a necessidade de desenvolver habilidades socioemocionais e éticas nos alunos, destacando a relevância do diálogo, da responsabilidade e da valorização da diversidade. Embora direcionada à educação básica, essa visão também se aplica ao ensino superior, especialmente no que tange à formação completa dos indivíduos.

Outro aspecto importante se refere à gestão de conflitos no ambiente acadêmico. Segundo Rodríguez e Peña (2023), a mediação por meio do diálogo é uma estratégia essencial para a manutenção de ambientes democráticos, pois possibilita a resolução de divergências de maneira construtiva e participativa. Nesse sentido, o conflito deixa de ser encarado como um problema e passa a ser visto como uma oportunidade de aprendizado e evolução coletiva.

A diversidade também se apresenta como um elemento central em que diz respeito à convivência democrática. Em contextos educacionais marcados por diferenças culturais, sociais e identitárias, torna-se imprescindível adotar práticas inclusivas que reconheçam e valorizem as particularidades dos indivíduos. Batista e Moura (2022) salientam que ambientes que promovem a inclusão tendem a fortalecer o sentimento de pertencimento e o engajamento ativo dos alunos.

Dessa forma, compreender como a convivência democrática se manifesta no cotidiano docente torna-se fundamental para o fortalecimento de práticas educativas mais inclusivas, equitativas e participativas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Classificação da pesquisa

Esta pesquisa emprega uma metodologia quantitativa, com foco descritivo e exploratório, buscando examinar como os professores da FACEP entendem a vivência democrática no espaço acadêmico. Segundo Gil (2019), estudos descritivos ajudam a identificar traços, visões e entendimentos de um grupo específico sem manipular os eventos analisados, enquanto a abordagem exploratória se mostra útil quando o tema ainda precisa de mais estudo

científico, como é o caso da convivência democrática no cenário universitário, conforme apontam Lakatos e Marconi (2021).

3.2 Instrumento de coleta de dados, universo e amostra

O estudo envolveu professores que trabalham na FACEP e atuam nos cursos de Administração, Contabilidade, Direito e Enfermagem, formando uma amostra não aleatória e intencional, composta por doze docentes que concordaram em participar da pesquisa. A coleta de informações ocorreu pessoalmente, no dia 18 de novembro, por meio de um questionário estruturado contendo apenas perguntas fechadas de múltipla escolha.

A criação desse instrumento seguiu os princípios metodológicos sugeridos por Lakatos e Marconi (2021), que garantem que questionários fechados facilitam a uniformização das respostas, a clareza no preenchimento, a organização sistemática dos dados e a exatidão na análise estatística. O instrumento abrangeu questões relacionadas à compreensão teórica da convivência democrática, à relevância dada a esse princípio e às práticas que o promovem no dia a dia acadêmico.

Todos os participantes foram informados sobre as metas do estudo e sobre a natureza voluntária da participação, garantindo o anonimato e a privacidade das respostas. Os métodos adotados seguiram as normas éticas definidas pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que rege pesquisas em ciências humanas e sociais, assegurando respeito aos participantes e evitando danos ou perigos relacionados à pesquisa.

3.3 Análise de dados

Os dados reunidos foram analisados um por um, permitindo identificar tendências, porcentagens levando em consideração o número de professores entrevistados, modelos de respostas e entendimentos predominantes entre os docentes, auxiliando na compreensão de como a vivência democrática se manifesta no contexto acadêmico da instituição avaliada.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados coletados evidencia que a experiência democrática no âmbito da FACEP configura-se como um processo dinâmico e em constante construção. Observam-se avanços significativos na promoção de práticas mais participativas; entretanto, persistem conflitos e limitações que revelam os desafios inerentes à sua efetiva consolidação no ensino superior. Nesse contexto, tais tensões evidenciam que a implementação da democracia

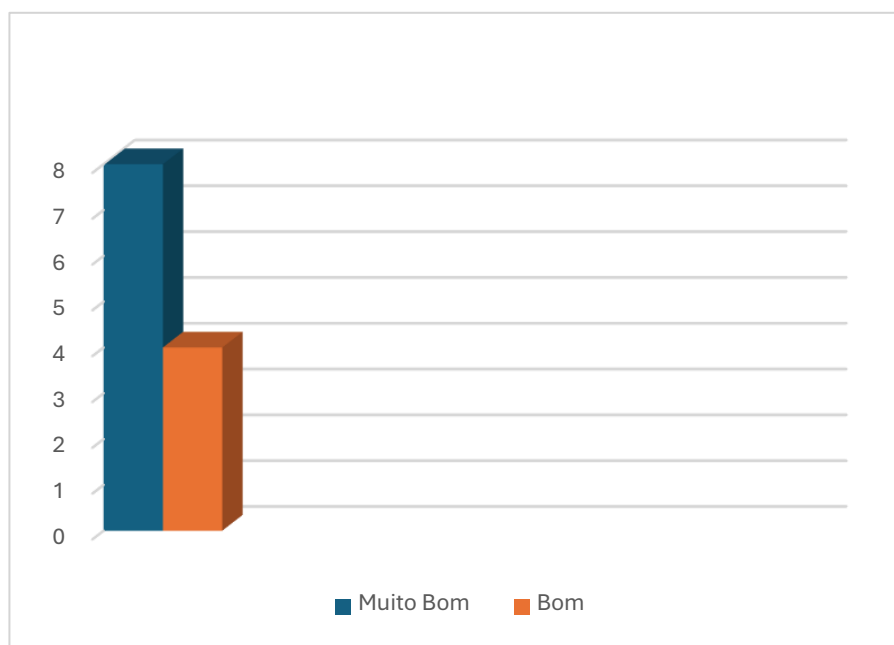
universitária ultrapassa a adoção de normas formais, exigindo transformações contínuas nas relações institucionais e nas práticas do dia a dia.

4.1 Clima de respeito e diálogo

O primeiro aspecto analisado refere-se ao clima de respeito e diálogo na instituição. Os dados mostram uma percepção positiva, tendo oito docentes avaliando o ambiente como “muito bom” e quatro como “bom”, indicando um ambiente considerado saudável na FACEP. Como pode -se observar no gráfico 1. De acordo com Batista e Moura (2022, p. 45), “um ambiente institucional saudável potencializa o engajamento do docente e favorece experiências pedagógicas mais eficazes”.

No entanto, é importante refletir sobre esses dados. Mesmo com avaliações positivas, isso não garante que existe práticas realmente democráticas. Um ambiente “bom” pode indicar respeito e convivência tranquila, mas não necessariamente participação ativa nas decisões. Segundo Silva e Carvalho (2021), a democracia envolve compreensão, responsabilidade compartilhada e espaços reais de participação. Assim, o ambiente pode ser agradável, sem que isso signifique, de fato, que a democracia esteja sendo plenamente vivenciada.

Gráfico 1. Demonstra a respeito da classificação do clima e da pratica do diálogo.

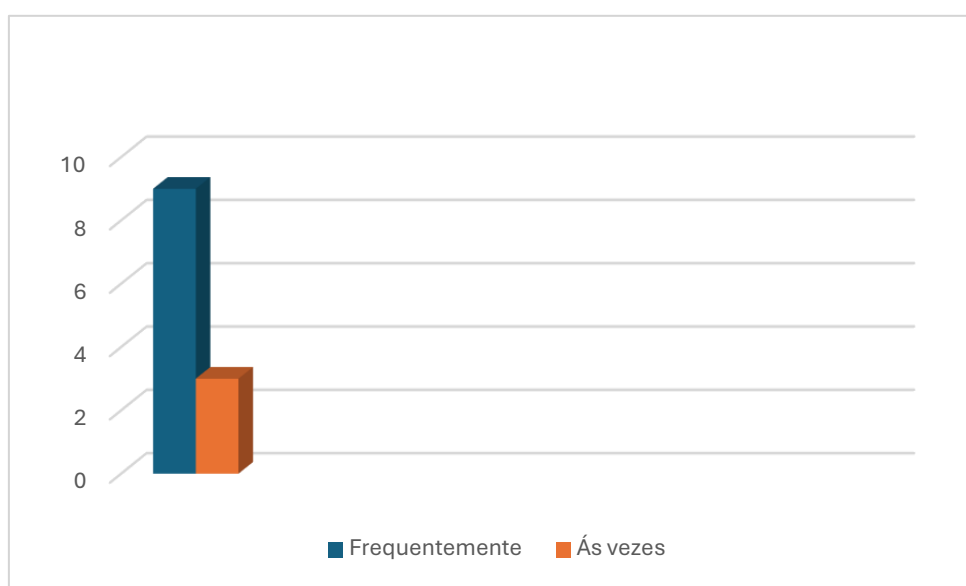


4.2 Inclusão dos Estudantes:

Em relação, à participação dos discentes, nove professores afirmaram que frequentemente incluem os estudantes nas decisões que são tomadas na sala de aula, enquanto três indicaram que fazem apenas “às vezes”. Isso mostra uma tendência positiva de práticas participativas.

Porém, deve se avaliar que as vezes essas participações não venham a existir e ao existir ocorrem de forma limitada, fazendo com que ocorra uma redução no potencial que diz respeito a prática educativa. Como pode-se ver nos dados analisados abaixo

Tabela 2. Inclusão dos estudantes

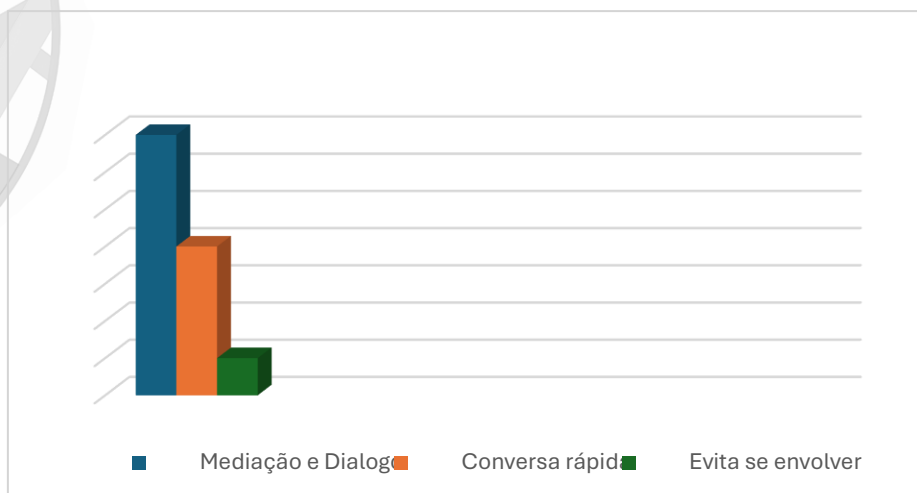


4.3 Gestão de conflitos

No que diz respeito à gestão de conflitos, sete docentes afirmaram utilizar mediação e diálogo, quatro realizam conversas rápidas e apenas um evita se envolver. Esses dados indicam que o uso do diálogo é predominante, o que está de acordo com Rodríguez e Peña (2023), que apontam a mediação como uma estratégia importante para manter um ambiente acadêmico equilibrado.

Entretanto, ainda a presença de práticas como conversas rápidas ou a não intervenção por parte dos docentes o que mostra que ainda existem falhas na aplicação de métodos mais estruturados de mediação de conflitos. Tal cenário indica que, embora o diálogo esteja presente, ele ainda não se configura, em todos os casos, como uma prática intencional, estruturada e pedagogicamente orientada.

Tabela 3. Postura frente ao conflito

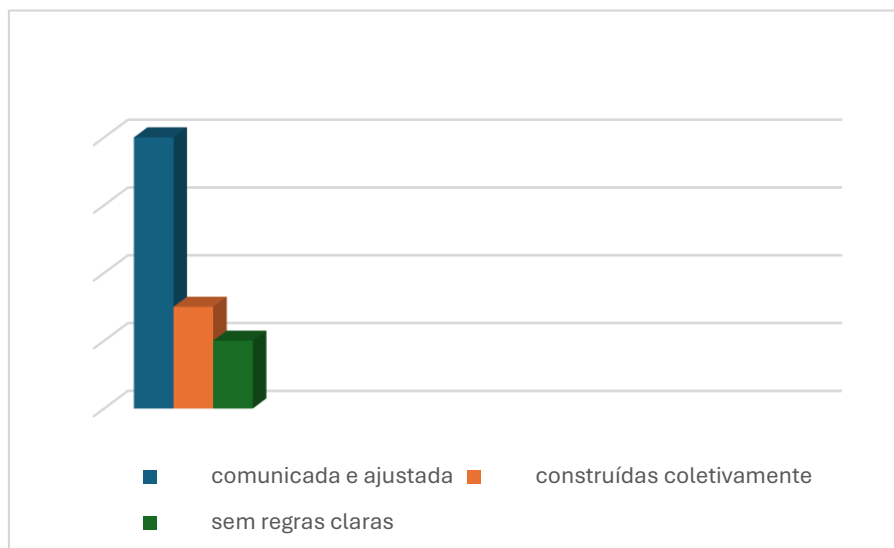


4.4 Regras de convivência

Em relação à criação das regras de convivência, os dados presentes no gráfico seguinte mostram que oito professores comunicam as regras e também ajustam quando necessário, enquanto três as constroem junto com os alunos e apenas um relata não ter regras claras. Isso indica que, embora exista algum espaço para participação discente, a maior parte vem do professor.

Tal resultado revela a presença de uma forma mais tradicional e vertical de organização, mesmo com certa flexibilidade. Há, portanto, uma tensão entre práticas mais antigas e propostas democráticas. Segundo Oliveira e Torres (2022), a construção coletiva de regras é fundamental para fortalecer o envolvimento dos alunos e o sentimento de pertencimento naquele local.

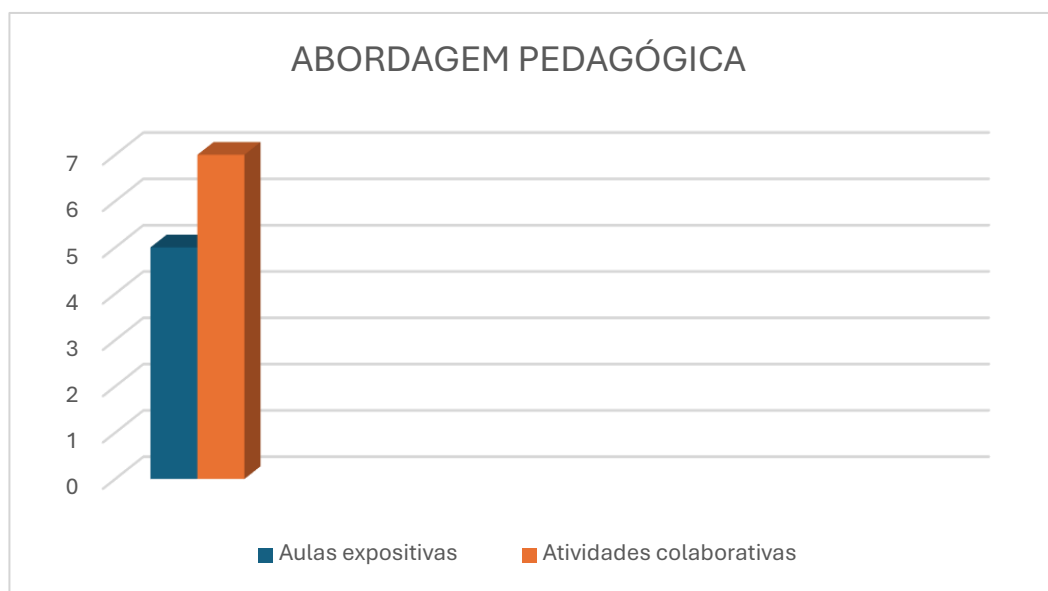
Gráfico 4. Regras de convivência



4.5 Metodologia de ensino

Quanto aos métodos de ensino, observa-se um equilíbrio entre aulas expositivas e atividades colaborativas, o que indica uma mudança positiva na forma de ensinar. No entanto, a presença ainda forte de práticas expositivas mostra que o uso de metodologias ativas não está totalmente consolidado. Esse cenário pode estar relacionado à formação dos professores, à cultura institucional e às condições físicas, indicando que a democratização do ensino depende não apenas da iniciativa docente, mas também de suporte adequado.

Gráfico 5. Abordagem pedagógica

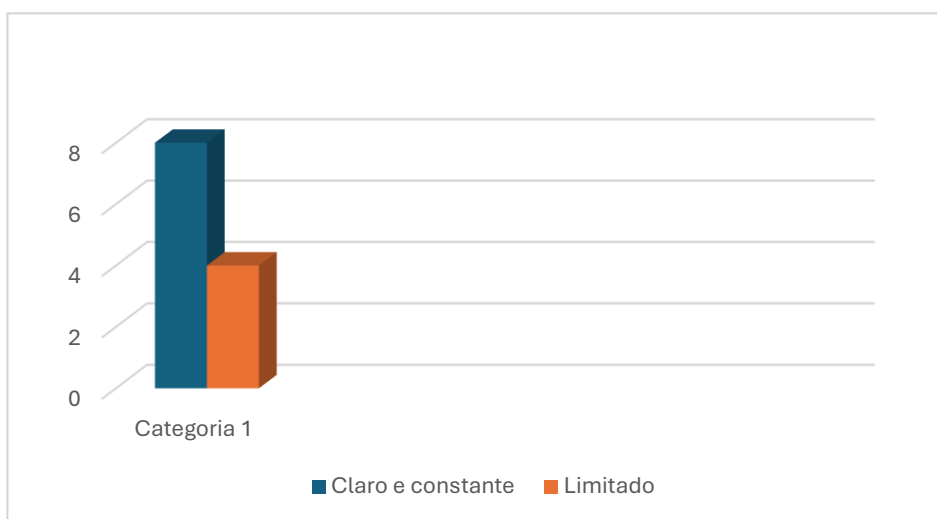


4.6 Incentivos Institucional

Em relação ao incentivo institucional, podemos observar no gráfico 6 que oito dos dozes docentes entrevistados consideram o incentivo institucional claro e constante, enquanto apenas quatro docentes avaliam como algo limitado. Esses dados mostram avanços, que a maioria consegue visualizar um forte incentivo partindo da faculdade em relação a vivência democrática juntamente com os alunos.

Porém, percebe-se certas limitações que interferem na ampliação e ações mais eficientes para torna a instituição um local de convivência democrática igualitária. Assim, os resultados apontam para a necessidade de ampliar e fortalecer as orientações institucionais voltadas à convivência democrática.

Gráfico 6. Incentivo institucional



4.7 Diversidade

Em relação à valorização da diversidade, este foi um dos achados mais significativos do estudo. Foi obtido um resultado de cem por cento em que os docentes afirmam adaptar suas práticas e valorizar as diferenças, o que indica um forte compromisso da Faculdade e dos docentes com a inclusão e o respeito às singularidades. Esse resultado está de acordo com Batista e Moura (2022), que destacam a importância da sensibilidade docente na construção de ambientes mais democráticos. Respeitando e valorizando a imensa diversidade que a sociedade pode permitir

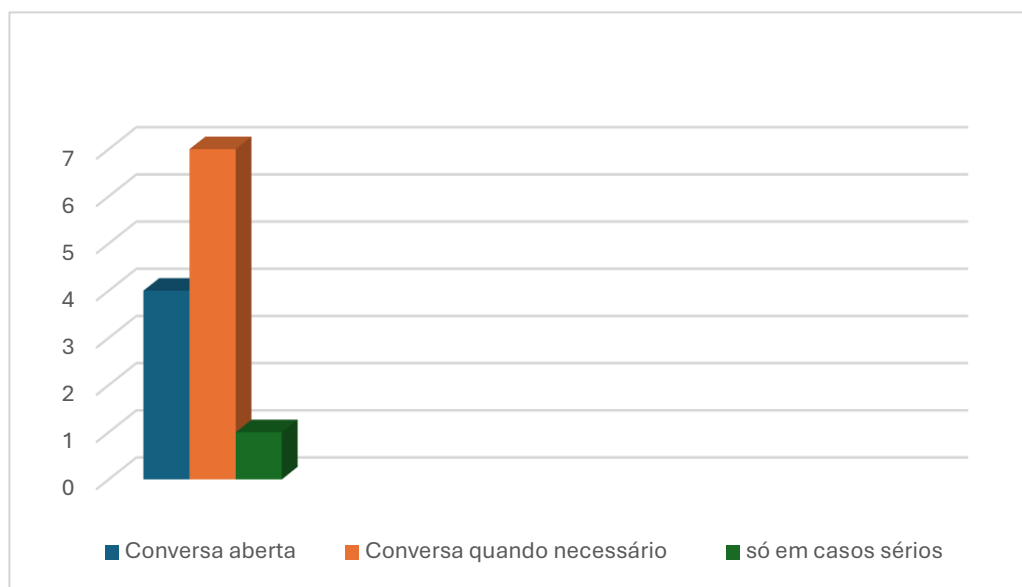
Gráfico 7. Diversidade



4.8 Diálogo

Outro ponto importante refere-se ao uso do diálogo nas práticas docentes. Os dados mostram que sete professores conversam quando necessário, quatro realizam diálogos abertos e apenas um recorre à comunicação apenas em situações mais graves. Isso indica que há abertura ao diálogo, embora com diferentes níveis de frequência.

Gráfico 8. Diálogo

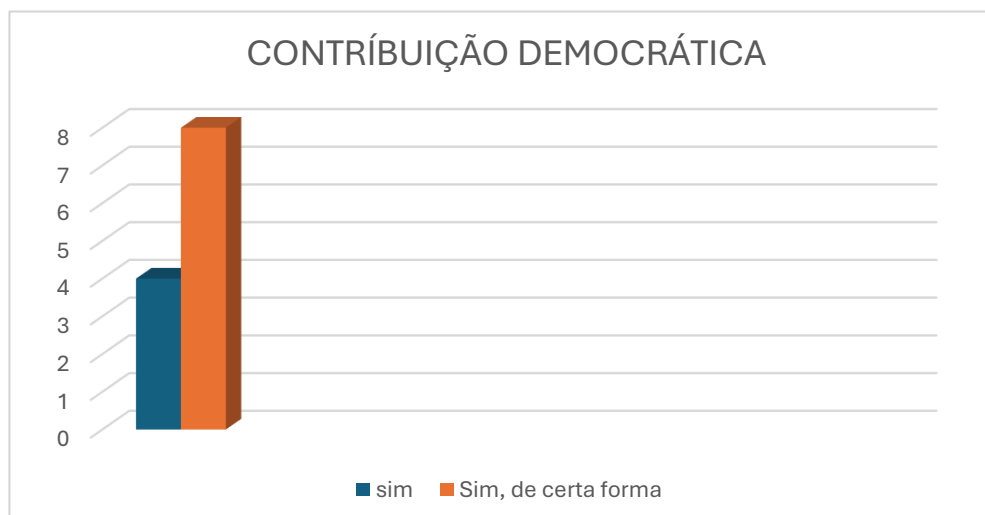


No entanto, percebe-se que, em alguns casos, o diálogo ainda tem um caráter mais reativo, sendo utilizado principalmente diante de problemas. Essa postura limita seu potencial formativo e preventivo. De acordo com Paulo Freire, o diálogo deve ser parte constante das relações de ensino, e não apenas um recurso para resolver conflitos. Assim, os resultados apontam para a necessidade de fortalecer o diálogo como prática contínua no cotidiano escolar.

4.9 Contribuição democrática

Por fim, todos os docentes afirmaram contribuir, total ou parcialmente, para o desenvolvimento de atitudes democráticas nos estudantes, reforçando o papel formativo da docência. Esse resultado indica que a convivência democrática está presente em diferentes aspectos da prática docente e se relaciona diretamente com a formação cidadã, como apontam Campos e Rodrigues (2021) e Silva e Carvalho (2021).

Gráfico 9. Contribuição democrática



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, o presente estudo possibilitou compreender como a convivência democrática se manifesta no contexto da Faculdade Evolução do Alto Oeste Potiguar (FACEP), evidenciando avanços relevantes no que se refere à valorização do diálogo, à mediação de conflitos e ao respeito à diversidade. Tais elementos indicam a existência de um ambiente institucional favorável ao desenvolvimento de práticas educativas mais participativas e inclusivas.

Sobretudo no que diz respeito à participação ainda restrita dos estudantes nos processos decisórios e à permanência de práticas pedagógicas com características mais diretas. Esses aspectos demonstram que, embora haja um discurso alinhado aos princípios democráticos, sua efetivação prática ainda se encontra em processo de consolidação.

Dessa forma, conclui-se que a construção de uma convivência democrática no ensino superior não ocorre de maneira automática, mas constitui um processo contínuo que exige o fortalecimento de ações institucionais, investimento na formação docente e incentivo à participação efetiva dos discentes.

Por fim, destaca-se a necessidade de ampliação de estudos sobre a temática, especialmente com a inclusão da percepção dos estudantes, a fim de aprofundar a compreensão acerca da convivência democrática e contribuir para o desenvolvimento de práticas educacionais mais equitativas, críticas e transformadoras.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Ana Paula; MOURA, Carlos Henrique. Práticas pedagógicas e convivência democrática no ensino superior. *Revista Brasileira de Educação*, v. 27, n. 1, p. 40-55, 2022. Acesso em: 14 maio 2026.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4215456/mod_resource/content/1/Bobbio%20-%20O%20futuro%20da%20democracia.pdf. Acesso em: 20 nov. 2025

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 nov. 2025.

CAMPOS, Mariana Silva; RODRIGUES, Paulo Henrique. Ensino democrático e participação discente: desafios e possibilidades. *Revista Educação em Debate*, v. 43, n. 2, p. 78-92, 2021.

DAHL, Robert A. Sobre a democracia. Brasília: Editora UnB, 2001. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4305216/mod_resource/content/1/Robert-Dahl-Sobre-a-democracia.pdf. Acesso em: 20 nov. 2025.

DELORS, Jacques et al. *Educação: um tesouro a descobrir*. 2. ed. São Paulo: Cortez; UNESCO, 2010. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590>. Acesso em: 20 nov. 2025.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 57. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016. Disponível em: <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/12/Pedagogia-da-AutonomiaPaulo-Freire.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2025.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019. Disponível em: <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/12/Pedagogia-do-Oprimido-Paulo-Freire.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2025.

MARTINS, Juliana Costa; SOUZA, Ricardo Alves. Formação cidadã e práticas educativas no ensino superior. *Revista de Educação Contemporânea*, v. 15, n. 3, p. 101-115, 2020.

MENEZES, Inês Barbosa de; CANDAU, Vera Maria. Convivência democrática e práticas de cidadania no contexto escolar. *Educação & Sociedade*, v. 40, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/9ZsG3tZ9V5jHbY9vD1Sxrtx/>. Acesso em: 20 nov. 2025.

OLIVEIRA, Fernanda Lima; TORRES, Gustavo Henrique. Construção coletiva e regras de convivência no ambiente educacional. *Revista Práticas Educativas*, v. 10, n. 2, p. 55-70, 2022.

RODRÍGUEZ, María Elena; PEÑA, Juan Carlos. Mediação de conflitos e convivência democrática no ensino superior. *Revista Ibero-Americana de Educação*, v. 81, n. 1, p. 120-135, 2023.



SANTOS, Boaventura de Sousa. *A difícil democracia: reinventar as esquerdas*. São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em: <https://www.boaventuradesousasantos.pt/media/A%20Dif%C3%ADcil%20Democracia.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2025.

SILVA, Roberto Gomes; CARVALHO, Ana Beatriz. Convivência democrática e participação no contexto acadêmico. *Revista Educação & Sociedade*, v. 42, n. 1, p. 1-15, 2021.

UNESCO. *Competências para uma cultura de paz e não violência*. Paris: UNESCO, 2014. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000226909>. Acesso em: 20 nov. 2025.